

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4541/2022

MODO DE DISPUTA ABERTO

Processo nº: 4541/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico 011/2022

Edital nº: 011/2022

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme recurso do Ministério da Cidadania oriundo da Emenda Parlamentar nº 202139420007 e Programação nº 330410220210001.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Município de Porciúncula-RJ**, com sede administrativa na Rua César Vieira, nº 105, Centro, Porciúncula – RJ, CEP 28.390-000, por meio da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, através da rede mundial de computadores – INTERNET, no endereço eletrônico abaixo descrito, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 02.293, de 14 de setembro de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

28 de dezembro de 2022 às 09h00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA/RJ

Local da Sessão Pública: <https://www.licitanet.com.br/>

O pregão será realizado pelo Pregoeiro João Cesar Honório da Silva, tendo como Equipe de Apoio o Sr. Érick Francisco Moraes Ferreira e a Sr.^a Marcela Ferreira da S. O. Rosa, designados pela Portaria nº 242/2021.

1. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA.

1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.licitanet.com.br/>.

1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia **28 de dezembro de 2022 às 09h00**, no site <https://www.licitanet.com.br/>, nos termos das condições descritas neste Edital.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme recurso do Ministério da Cidadania oriundo da Emenda Parlamentar nº 202139420007 e Programação nº 330410220210001**, de acordo com as especificações descritas no processo administrativo nº. 04.541/2022 da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: <https://www.licitanet.com.br/> e <http://transparencia.porciuncula.rj.gov.br:8079/transparencia/>.

2.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no PORTAL LICITANET e as especificações constantes deste Edital prevalecerão às últimas.

2.4 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (22) 3842-1221 (ramal nº 284).

2.5 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, telefone nº (22) 3842-1814.

2.6. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.7. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I – Termo de Referência** e demais condições definidas neste Edital.

3.2 Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

4.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

4.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores.

4.4 Será vedada a participação de empresas:

4.4.1 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 8666/1993. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

4.4.2 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.4.3 Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;

4.4.4 Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

4.4.5 Empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da Prefeitura Municipal de Porciúncula –RJ;

4.4.6 Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4.5 Das Declarações da Plataforma Eletrônica:

4.5.1 A licitante deverá assinalar/declarar em campo próprio do sistema as seguintes declarações:

a) Declaração de conhecimento do Edital: “Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório”.

b) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos: “Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores”.

¹ NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

c) Declaração de Não Emprego de Menor: “Declaro para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal”.

d) Declaração de Veracidade: “Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verdadeiras, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.”

4.5.2 Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

4.5.3 A falsidade das declarações de que trata o item anterior sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, em conformidade com § 5º do art.26 e aplicações acima do art.49 inc.3º do Decreto nº 10.024/2019, de 20/09/2019 e demais legislações pertinentes.

4.6. A simples participação das licitantes neste certame implica em declaração, por parte da licitante, de pleno conhecimento dos elementos e aceitação de todas as condições constantes deste Edital e Anexos, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades da execução do objeto, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

4.7. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO (TERMO DE REFERÊNCIA);

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

5.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.3 O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.4 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Porciúncula/RJ, promotor da licitação, responsabilidade em eventuais danos decorrente uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.3. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

6.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

6.6. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.7. Os preços e os produtos propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do item e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

6.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

6.10. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.11. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.12. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

7.2 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

7.14 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

7.16 Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

7.17 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

7.18 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.19 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;

7.21 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.22 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.23 **Nos casos específicos**, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

7.24 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

7.25 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

7.26 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.27 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.28 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.29 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.30 O disposto no item 7.26 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.31 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.31.1 Produzidos no País;

7.31.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.31.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93);

7.31.4 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.31.5 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.32 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019;

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final, após negociação, superior ao estimado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

8.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.9 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.10 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.12 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

9.3.1 No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

9.3.3 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

9.4.1 Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

9.5 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

9.5.1 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

9.5.2 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.5.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

9.5.4 Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.5.5 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.5.6 Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;

9.5.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.5.7.1 Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5.7.1.1 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.6 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

9.6.1. Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

Obs: em caso de apresentação de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público será facultado o reconhecimento em cartório.

9.7. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. O não atendimento das exigências constantes do item 9 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

9.9. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

9.10. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.12. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

10. DECLARAÇÕES:

10.1. Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, conforme modelo ANEXO III;

10.2. Declaração de que cumprimento dos requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019, conforme modelo ANEXO IV;

10.3. Declaração, conforme modelo ANEXO V, de declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;

10.4. Declaração, conforme modelo ANEXO VI, de Inexistência de Fatos Impeditivos de habilitação.

11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.2 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

11.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

11.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

11.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

11.6 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93);

11.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

11.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

11.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

12. DOS RECURSOS:

12.1 Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, **em campo próprio do sistema**, manifestar a intenção de recorrer;

12.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

12.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: <https://www.licitanet.com.br/>

12.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.6 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias para:

12.6.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

12.6.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

12.6.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente, que em igual período decidirá quanto ao recurso;

12.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

12.9 Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

14.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

14.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação será firmado o Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de cinco (5) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e terá vigência pelo período de 90 (noventa) dias;

15.4 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao **Setor de Tesouraria da Secretaria Municipal de Promoção Social**, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

15.5 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, CNPJ/MF nº 12.124.826/0001-41, e endereçados à Rua Eloy Vieira Lannes, nº 71, Bairro João Francisco Braz, Porciúncula, RJ. CEP.: 28.390-000

15.6- A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, no 15º (décimo quinto) dia corrido a contar da data final do período mensal de adimplemento da obrigação, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.

15.7 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **Secretaria de Promoção Social**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

15.8- O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Secretária Municipal de Promoção Social, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada dirigido ao Tesoureiro da Secretaria de Promoção Social.

15.9- Caso a **Secretaria de Promoção Social** efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 15 (quinze) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

15.10- Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

15.11- O pagamento será efetuado conforme descrição do subitem 15.6, mediante entrega correta dos equipamentos e apresentação de Nota Fiscal devidamente fiscalizada e assinada, no verso, pela Secretária Municipal de Promoção Social, conjuntamente com 02 servidores, atestando a entrega dos produtos.

15.12- Na hipótese de os vencedores da licitação não comprovarem as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusarem a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato;

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE DE PREÇOS

16.1 Durante a vigência do Contrato, os valores não serão reajustados.

16.2 Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

16.3 Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

16.4 Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

16.5 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

16.6 Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

16.7 O recurso destinado ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, é oriundo de Recurso previsto no orçamento da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

08.241.0059.2373.2373 – 44.90.52.00

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2. apresentar documentação falsa;

17.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5. não mantiver a proposta;

17.1.6. cometer fraude fiscal;

17.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Porciúncula pelo prazo de até cinco anos;

17.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

18.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e realizadas exclusivamente na forma eletrônica, através do site provedor do sistema.

18.1.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

18.1.3 O pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

18.1.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

18.1.5 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

18.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente na forma eletrônica, através do site provedor do sistema.

18.2.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

18.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

CAPÍTULO 19 – DO VALOR

19.1 – O valor global máximo estimado para a aquisição do equipamento é de **R\$ 228.600,00 (duzentos e vinte e oito mil e seiscentos reais)** assim elencados, **item 01 ao 22**. Com verba proveniente do **repasso do Ministério da Cidadania, Emenda Parlamentar nº 202139420007 e Programação nº 330410220210001**, com dotação orçamentária da Lei Orçamentária Municipal para o exercício de 2022.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://transparencia.porciuncula.rj.gov.br:8079/transparencia/> e www.licitanet.com.br, e também poderão ser lidos ou obtidas cópias no setor de Licitações, situado na Rua Cesar Vieira, nº 105, Centro – Porciúncula/RJ, CEP 28.390-000, nos dias úteis, no horário das 12h00 às 17h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

20.11 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

20.12 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

20.13 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

20.14 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

20.15 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e releva omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93;

20.16 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

20.17 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

20.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.18.1. ANEXO I - Termo de Referência;

20.18.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

20.18.3. ANEXO III – Declaração de não empregar menores (disposto no inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal);

20.18.4. ANEXO IV – Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

20.18.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de ME, EPP ou Equiparadas;

20.18.6. ANEXO VI – Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação;

20.18.11. ANEXO VII – Minuta de Contrato

Porciúncula - RJ, 09 de dezembro de 2022.

**JOAO CESAR HONÓRIO DA SILVA
PREGOEIRO**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: aquisição de equipamentos e materiais permanentes através da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, visando atender a **ASSOCIAÇÃO LAR DOS VELHOS “ANTÔNIO E JACINTA SCHUWARTZ VIEIRA”**, conforme especificações descritas neste Termo de Referência.

1- JUSTIFICATIVA

1.1- A proposição em referência, tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes pelo Município, através da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, para fins de investimento (classificados no Grupo de Natureza da Despesa- GND 4), que serão cedidos, por meio de instrumento próprio, a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), ASSOCIAÇÃO DO LAR DOS VELHOS “ANTÔNIO E JACINTA SCHUWARTZ VIEIRA”, tendo em vista a transferência de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social- SUAS- oriundos de emenda parlamentar. Programa: Estruturação da Rede de Serviços do SUAS.

1.2- Por força do disposto no art. 26, da Portaria MC nº 580/2020, e observado o regulamento de licitação vigente, a aquisição dos equipamentos e materiais permanentes deve ser realizada pelo ente municipal, por meio de licitação.

1.3- Com a aquisição dos bens, o ente federado deverá ceder a sua utilização à unidade referenciada após a formalização, por meio de instrumento próprio.

2 – DO OBJETO

2.1- Constitui objeto do presente termo, a **aquisição de equipamentos e materiais permanentes** através da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, visando atender a **ASSOCIAÇÃO LAR DOS VELHOS“ ANTONIO E JACINTA SCHUWARTZ VIEIRA”**, CNPJ. nº 30.397.921/0001-09, referente a transferência de recursos pelo Ministério da Cidadania, oriundos da Emenda Parlamentar nº 202139420007, Programação nº 330410220210001 na modalidade fundo a fundo, destinados a despesas de INVESTIMENTO para referida entidade a ser beneficiada, conforme Termo de Colaboração, Plano de Trabalho, Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social e especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência.

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

3.1- As especificações mínimas, as unidades de medidas dos itens e a quantidade a ser adquirida estão descritas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	NOTEBOOK - com Processador 2 núcleos e 4 threads com Barramento de 3,4GHz ou superior, Cache: 4 MB Cache ou superior, Memória RAM: 8GB DDR4 ou superior, SSD 256GB ou superior, Tamanho da tela: 15.6";quot, Rede Ethernet 10/100 e Wireless Lan 802.11 b/ g / n Som: Integrado com som estéreo, Mouse: Touchpad, Windows 10 original, Cor: preto, cinza ou prata, Alimentação (tipo de bateria): 3 células (Lithium-Ion), Bivolt 127/220; garantia mínima de 12 meses.	UN	01
02	COMPUTADOR – Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Processador com quatro núcleos ou superior, 6mb de cache ou superior, 14nm ou menos, velocidade de operação de 3.6Ghz ou superior, SSD 240GB, 8Gb Memória DDR4, Placa mãe compatível com o processador vídeo on board, capacidade para 16 GB de Memória ou superior DDR4, Arquitetura de memória Dual Channel, Teclado ABNT2 com conexão USB, Mouse Óptico de no mínimo de 1000dpi com conexão USB, Caixa de Som, Gabinete ATX Com Fonte de Potência real de 400W ou superior bivolt 115-220v, Certificação 80plus, Monitor 18.5" ou superior de Led na cor do gabinete, Windows 10 original. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia mínima de 12 meses.	UN	01
03	NO-BREAK: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; no-break com potência nominal de 1,2 Kva; potência real mínima de 600w; tensão entrada 115/127/220 volts (em corrente alternada) com comutação automática; tensão de saída 110/115 volts; alarmes áudio visual; bateria interna selada; autonomia a plena carga, mínimo 15 minutos considerando consumo de 240 wats; possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro; peso não superior a 15 kg; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia mínima de 12 meses.	UN	01
04	CÂMERAS DE SEGURANÇA: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Câmeras de segurança com Full HD 1080p VHD 3230 B 20m Infravermelho Bullet com Visão Noturna Resistente à Chuva Multi HD 4 em 1 Resolução Full HD 1080p Enxerga 30 metros no escuro Case Bullet resistente á chuva Instalação Interna e Externa Lente 3,6mm, itens inclusos: 01 – DVR Intelbras 16 Canais Full HD MHDX 3116 1080p Multi HD + 4 Canais IP 5Mp 16 - Câmera Ide segurança Full HD 1080p VHD 3230 B G5 20m Infravermelho Bullet com Visão Noturna Resistente à Chuva Multi HD 4 em 1 01 - Cabo Coaxial Flexível RF4mm + Bipolar 2x26 AWG, 85% Malha, com 100mts, DVR Intelbras 16 Canais Full HD MHDX 3116 1080p Multi HD + 4 Canais IP 5Mp Gravação de todos os canais em 4 MP Lite, 1080p ou 720p Saídas de vídeo VGA, HDMI e BNC Função BNC + IP: adiciona câmeras IP ao DVR Modo NVR: transforma	Kit c/ 16 câmeras	01

	<p>todos os canais BNC em IP Inteligência de vídeo em dois canais analógicos (BNC) simultâneos: linha virtual, cerca virtual e objeto abandonado/retirado Detecção de face Suporta 1 disco rígido de até 10 TB 01 - Fonte Estabilizada 12V 15A, Ideal para câmeras de segurança 32 - Conector BNC Macho com Mola de parafuso 16 - Conector P4 de Borne para Alimentação 12V, instaladas no local; garantia mínima de 12 meses.</p>		
05	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou Led; padrão de cor monocromático; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza); memória 128 MB; resolução de impressão 600x600 DPI; resolução de digitalização 1200 x 1200 DPI; resolução de cópia 600 x 600; velocidade de impressão 30PPM preto e branco; capacidade da bandeja 150 páginas; ciclo mensal 30.000 páginas; fax 33.6kbps opcional; interfaces USB, rede ethernet 10/100 e WIFI 802.11 b/g/n ; frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia mínima de 12 meses.</p>	UN	01
06	<p>GELADEIRA INDUSTRIAL Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Geladeira/Refrigerador comercial, Inox, com 4 portas cegas e com rodízio; Com controlador Eletrônico Digital de temperatura, degelo automático, prateleiras em 4 níveis, aramadas, reguláveis; Com um nível que pode ser usado como estrado. Revestimento externo em aço inox 430, e interno em aço galvanizado. Parte frontal sem aquecimento no quadro de portas, construção do gabinete em monobloco e pés reguláveis. Dimensões: Frente(mm): 1183 Profundidade(mm): 666 Altura(mm): 2030 Capacidade bruta(litros): 1044 Peso liquido (kg): 120 Tensão(V): 127 ou 220 Frequência(Hz): 50 ou 60 Consumo kWh/dia(60Hz): 4,7 ;à temperaturas de +1° a +7° C . Com garantia Mínima de 12 (doze) meses (01 ano) pelo fabricante. Instalação inclusa.</p>	UN	01
07	<p>TELEFONE SEM FIO COM 02 RAMAIS - Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Aparelho telefônico com base de mesa preto (01 identificação de chamada) sem fio com bateria ou pilhas recarregáveis; Acompanhado de 2 ramais; Especificações Técnicas - Tecnologia Digital DECT 6.0; Frequência DECT 1,9 GHz; Base com localizador do monofone (fora da base); 05 Toques de campainha; 05 níveis de Toques de Volume da campainha; 03 níveis de Volume de recepção de áudio; Tons do teclado; Modo silencioso; Flash programável (100 a 300 ms); Mute; Rediscagem; Multi Frequencial; Modo de discagem - Tom/Pulse; Discagem Rápida até 10 registros; Registros de discagem direta – 02 posições; Antena Interna; Bateria de 2,4 - VDC 600 mAh; Voltagem – Bivolt; Com indicador de carga de bateria; Modo repouso automático com o fone posicionado na base; Tempo de conversação estimada (bateria); Autonomia de até 96h em modo repouso e modo de conversação de até 9h em uso contínuo; Alerta sonoro e visual para “Fone fora de alcance”; Alerta sonoro e visual para “bateria baixa”; Itens Inclusos: 01 Aparelho telefônico, 01 Base para alimentação do telefone, 01 bateria ou Pilhas 01 cabo de linha</p>	UN	01

	telefônica e 01 manual do usuário Garantia: 12 (doze) meses (01 ano) pelo fabricante Com instalação inclusa.		
08	<p>CAMPAINHA DE ALARME, KIT COM 30 CAMPAINHAS : Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Campainha De Alarme Para Quartos Dos Residentes Em Casa De Repouso instituições De Longa permanência De Idosos Com Controles Remotos Programados Atender Rdc 283 de 26 de Setembro de 2005 Item 4.7.7.1 alínea c. Sistema sem fio; Campainha com volume regulável de 0,2 a 98 dB e 6 tons; Receptor com Teclado(para programação), e Visor Lcd que mostra: Data e Hora; Campo para Editar Mensagem com até 16 caracteres(Exemplo: Lar São José); Campo que mostra identificação do Quarto; Buffer que armazena até 380 eventos/acionamento dos Controles remoto; as informações gravadas mostram Usuário com hora, minuto, dia e mês. as informações podem ser transferidos para um computador via conexão serial; Cabo Programador vendido separadamente. Fonte de alimentação bivolt automática; o alcance do Controle Remoto é de 100 metros sem barreira e 45 metros em ambiente interno; Comporta 330 Controles programados; COMPOSIÇÃO: 1 Sirene com Ajuste de Volume para avisar emergência; 1 Receptor com Teclado e Visor Lcd; 1 Fonte 12V; 30 Controles Remotos; 30 Cordões com garra jacaré e 40 cm cada kit, Com garantia de 12 (doze) meses (01 ano) pelo fabricante. Com instalação inclusa.</p>	Kit c/ 30 campainhas	01
09	<p>BATEDEIRA: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Batedeira planetária com tigela em aço inox capacidade de 5L, 1200W de potência, com 8 velocidades + função pulsar; 3 batedores: 1. Claras em Neve – Chantilly / Creme de Confeiteiro; 2. Massas Leves Bolos e Cupcakes / Pão de Mel; 3. Massas Pesadas – Massas de Pão / Massas de Pizza; tampa antirrespingos; botão de articulação; base antiderrapante; bivolt; com garantia de no mínimo de 12 (doze) meses (01 ano)</p>	UN	01
MOBILIÁRIO			
10	<p>CRIADO MUDO EM AÇO: Especificação mínima: Que esteja em linha de produção pelo fabricante; com uma gaveta e armário inferior com 01prateleira interna toda em chapa de aço em pintura epoxi. Dim. 0,45 x 0,40 x 0,80m.</p>	UN	48
11	<p>ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO COM 08 PORTAS: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Roupeiro de Aço EA702 armário roupeiro de aço 8 portas organizador guarda-volumes; Possui pés niveladores, Porta com trinco para cadeado; Pintura: Eletrostática/Epóxi - Peso suportado: 30Kg por compartimento Conteúdo da Embalagem - 08 Portas - 06 Prateleiras - 01 Base - 01 Teto - 02 Fundos - 02 Laterais - 02 Travas - 01 Divisória - 04 Pés niveladores + sapatas - 01 Kit de acessórios completo - 01 Manual de Montagem, garantia mínima de 12 (doze) meses (01 ano). Instalação inclusa.</p>	UN	03

12	ARQUIVO DE AÇO: Especificação mínima: Arquivo de aço com 04 gavetas, para pasta suspensa. Cor cinza, medindo 46 cm de largura x 60 cm de profundidade x 133 cm de comprimento. Tratamento antiferrugem, pintura eletrostática a pó, cor CC-cinza cristal. Garantia mínima de 12 meses.	UN	03
13	ARMÁRIO DE AÇO confeccionado com aço chapa 26, tratamento antiferrugem, pintura eletrostática a pó, cor CC- cinza cristal, 02 portas de aço com três reforços, com chaves e fechaduras tipo Yale. 04 prateleiras, sendo uma fixa e três reguláveis a cada 50 mm, com sistema de encaixe por cremalheiras. Dimensões do produto: AxLxP – 1,98 m x 90 cm x 40 cm. Garantia mínima de 12 meses.	UN	03
14	LONGARINA 03 LUGARES: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Longarina em polipropileno com estofado, pés estrutura 7x5 polegadas com sapatas reguláveis, composto de 03 lugares com estrutura em pintura epóxi, preta. Garantia mínima de 12 meses.	UN	08
15	MESA DE ESCRITÓRIO: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Mesa com 3 gavetas laterais, em melamina 18mm, azul Dimensões: 0,74(A) x 1,72(L) x 0,70(P), espessura do tampo 40mm; Tampo confeccionados em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) com 40 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP). O mesmo é produzido com sistema de engrossamento com pinos em aço zincado 35 mm (compr.) x 1 mm (esp.) para fixação das travessas. O tampo é encabeçamento em todos os topos com fita borda PVC 1 mm. Painel lateral em MDP 25 mm. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Encabeçamento com fita borda PVC 0,45mm em todas as áreas aparentes, inclusiva a inferior. Painel Frontal em MDP 15 mm, todos revestidos com laminado melaminico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Sistema de fixação (montagem) é feita através de bucha metálica e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesma sem danificar o produto, assim o produto pode ser montado em qualquer lado direito ou esquerdo. Conjunto de bucha e sapata niveladora em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16. O gaveteiro compõe em corpo e gavetas em MDP 15 mm de espessura, encabeçamento nos topos aparentes com fita borda PVC 0,45mm. Frontes em MDP 15 mm de espessura, encabeçamento em todos os topos com fita borda PVC 0,45 mm. Todos revestidos com laminado melaminico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Gavetas com Fundo em Eucaplac 3 mm revestido em uma face e dotadas de corredeças em aço estampado com roletes em nylon, sistema de freio que delimita a abertura da gaveta, com capacidade de carga de até 10 Kg em cada gaveta. Garantia mínima de 12 meses.	UN	03

16	<p>CADEIRA ESCRITÓRIO: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Cadeira secretária giratória com braços fixos: tecido preto ou azul royal, 1 estrutura base nylon com fibra de vidro, 2 braços em polipropileno, 1 assento modelo injetado em tecido, 1 encosto modelo injetado em tecido, 08 parafusos 50 x 30, pés: rodízio de 50mm nylon, acabamento: perfil 12mm, dimensões do produto sem embalagem (axlpx): 93x48x41 cm. Garantia mínima de 12 meses.</p>	UN	03
17	<p>CAMA DE CABECEIRA RECLINÁVEL C/ PROTEÇÃO LATERAL: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Cabeceira e peseira construídas em tubos de aço redondo de 1.1/4" em pintura epóxi; Leito em chapa de aço espessura mínima de 0,91 mm bitola 20#, perfurado ; Encosto regulável manualmente através de cremalheira; Pés com ponteiras.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Dimensões externas aproximadas: 2,02 m compr. x 92 cm larg. x 48 cm alt.</p> <p>Dimensões aproximadas do leito: 1,93 m compr. x 88 cm larg. Peso: 34kg. Garantia mínima de 12 meses.</p>	UN	40
18	<p>CAMA RECLINÁVEL C/ PROTEÇÃO LATERAL E RODÍZIOS: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; cabeceira e peseira em tubos de aço redondo de 1.1/4" (31,751 MM) em pintura epóxi. Leito em chapa de aço, centro fixo e peseira espessura de no mínimo 0,91 mm bitola 20#,centro móvel e cabeceira espessura de 1,21 mm bitola 18#, perfurado. Articulado por meio de duas manivelas zincadas, para os movimentos de Fowler, Semi-Fowler, Flexão de Pernas e Cardíaco.</p> <p>Pés com rodízios de 3" de diâmetro com freio na diagonal.</p> <p>Dimensões externas aproximadas: 2,00 m comp. x 92 cm larg. x 62 cm alt. Dimensões aproximadas do leito:1,90 m compr. x 90 cm larg. Leito pintura cinza martelado.</p> <p>Medidas da embalagem: 2,05 x 0,93 x 0,26</p> <p>Cubagem: 0,495 M³</p> <p>Peso: 60 Kg, com garantia mínima de 12 meses.</p>	UN	10
19	<p>COLCHOES: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Colchão hospitalar, com espuma D33 solteiro; com capa impermeável em napa azul; dimensão de 188x88x12 cm; Tratamento antiácido, anti mofo e antialérgico; Facilidade em limpeza e manutenção. Garantia mínima de 3 (três) meses.</p>	UN	15
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADES			

20	<p>CADEIRA DE RODAS RECLINÁVEL: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Cadeira de Rodas Reclinável Alumínio, Dobrável X, com Apoio de Cabeça, encosto reclinável, que permite ao cadeirante deitar na própria cadeira; cinto peitoral de segurança; Estrutura dobrável com fechamento em duplo X; Quadro em alumínio aeronáutico temperado; Pintura eletrostática epóxi (dura mais); Encosto reclinável, com duplo sistema posicionador de ângulo de regulagem milimétrica; Encosto e assento acolchoados em nylon de alta resistência; Acompanha almofada com espuma de 5cm de espessura; Apoio de braço escamoteável/rebatível; Apoio de pés rebatível, com ajuste túbio-tárcico e fita de calcanhar; Pedal elevável, removível e rebatível, com ajuste de altura; Apoio de panturrilha rebatível, em placa; Protetor de roupa em nylon com aba; Freios bilaterais com acionamento para frente; Rodas dianteiras 6” maciça, com rolamento blindado e eixo quick removível; Garfo da roda dianteira em aço carbono; Rodas traseiras 24” inflável, com rolamento blindado e eixo quick removível; Protetor de raios traseiros; Aro de propulsão em alumínio; Apoio cabeça removível e ajustável em altura e profundidade; Rodas anti-tombo; Cinto de segurança peitoral; Peso da cadeira de rodas: 22kg; Capacidade de peso: 120kg; 46cm (largura assento: 46cm - profundidade: Tamanhos 40cm - altura encosto: 50cm), com garantia mínima de 12 meses.</p>	UN	02
21	<p>CADEIRA DE RODAS: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Cadeira de Rodas Manual, dobrável, em alumínio, aeronáutico, Chassi tubular robusto e leve; Confeccionada em alumínio (exceto o "X" e Manípulos); Dobrável em sistema X; Almofada com espuma de alta densidade com capa; Estofamento do assento e encosto em nylon acolchoado; Punhos Bacteriostáticos que impedem a propagação de bactérias; Apoio de braços fixos, escalonado e escamoteável com suporte almofadado; Apoio de pé removível e rebatível lateralmente, com regulagem na altura e ângulo; Faixa ajustável para apoio de calcanhar; Pneus dianteiros de 8 maciças; Pneus traseiros de 24 maciças, com eixo removível com engate rápido e pneu de borracha macia antifuro; Aro de propulsão das rodas traseiras em alumínio; Protetor lateral de roupas integrado; Alavanca de freio ergonômica funcional; Sistema empurre e trave com alto grau de aderência; Tip-assist emborrachado - pedal de apoio para o condutor incorporado no chassi, para auxiliar na transposição de pequenos obstáculos; nas seguintes Dimensões conforme regra detalhada: (Largura de Assento X Profundidade de Assento X Altura do Encosto cm e Largura Total cm) 60 cm; 43x42x43 cm; Peso Aproximado: 16,8 kg Capacidade de Peso: 100 kg Cor: Cinza Estofamento e Almofada: Preto, Garantia mínima de 12 meses.</p>	UN	12

22	CADEIRA DE BANHO: Cadeira de banho higiênica D40 3x1 Multiuso; Alta resistência a umidade (pintura epóxi); - Leve e prática; Desmontável e dobrável; Suporte para comadre; Resistente; Encosto em couro flexível; Apoio de braços ergonômico em plástico; Apoio de pés removível; - 04 rodízios giratórios de 4"; Rodas dianteiras com freio; - Sistema de engate rápido pino click; Armazenamento otimizado; Assento de 44 cm de largura e 40 cm de comprimento e Largura total de 53 cm, suporta até 100 kg. Garantia de 6 (seis) meses pelo fabricante.	UN	05
----	---	----	----

3.2 - JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO DOS ITENS

A quantidade solicitada teve por base o quantitativo descrito no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDDPI constante nos autos do processo administrativo licitatório.

4 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1- O prazo de fornecimento dos equipamentos e materiais permanentes, objetos do presente termo, será de até 20 (vinte) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento, pela contratada, do Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pela **Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação da PMP-RJ**.

4.2 – O equipamentos solicitados deverão ser entregues no **Serviço de Almojarifado (SAL)** da Secretaria Municipal de Promoção Social, situado na Rua Eloy Vieira Lannes nº 71, Bairro Braz, Porciúncula/RJ, após solicitação feita pelo setor competente, no período compreendido entre 8h e 17h, de 2as a 6as feiras exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Porciúncula.

4.3 - A nota fiscal deverá descrever detalhadamente o equipamento fornecido.

4.4 - Para qualquer esclarecimento quanto ao objeto desta contratação, as empresas poderão entrar em contato com a Secretaria Municipal de Promoção Social pelo telefone (22) 3842-1814. E-mail: socialporciuncula@hotmail.com

4.5 - O prazo vertente poderá ser prorrogado, mantida as demais condições da contratação decorrente desta licitação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 devidamente atuado em processo.

5– DA VALIDADE/GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

5.1- No ato da entrega, o prazo de garantia (do)s equipamento(s) deverá ser igual ou superior a 12 (doze) meses.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Fornecer os equipamentos nos locais de entrega previstos no **item 4.2** deste termo, acompanhado(s) do(s) correspondente(s) termo(s) de garantia.

6.2- Ser responsável pelas despesas com o frete dos equipamentos e materiais permanentes até os locais indicados no item 4.2 deste termo, com atenção ao acondicionamento e arrumação da carga nos veículos, garantindo os compromissos com prazos, segurança e integridade dos equipamentos.

6.3 – Providenciar a montagem dos equipamentos, sem ônus para Secretaria Municipal de Promoção Social. Sendo que a montagem de todos os equipamentos deverá ser feita por equipes próprias da empresa contratada, treinadas e capacitadas para o referido serviço.

6.4 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

6.5 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

6.6 - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.7 – O fornecedor deverá cumprir os prazos e condições de entrega estipulados no presente termo.

6.8– A obrigação de “reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados” é imposição legal prevista no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

6.9– A contratada é também responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

6.10 - Antes de apresentar sua proposta a empresa fornecedora deverá analisar consultar as especificações, executando todos os levantamentos, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade.

7 – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE PORCIÚNCULA – CONTRATANTE

7.1– Solicitar, na data da abertura dos envelopes da licitação e se julgar necessária, a presença do servidor da Secretaria Municipal de Promoção Social.

7.2 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos no edital.

7.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

8 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1- O recebimento provisório do objeto será efetuado pelo **Serviço de Almoarifado (SAL)** vinculado a Secretaria Municipal de Promoção Social da **PMP-RJ**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis e nos termos do art. 73, inciso II, alínea *a*, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2- O recebimento definitivo do objeto será efetuado pelo **Serviço de Almoarifado (SAL)** da Secretaria Municipal de Promoção Social, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e **ESPECIFICAÇÕES** deste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.3 - O aceite/aprovação dos produtos pela PMP-RJ não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

9 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao **Setor de Tesouraria da Secretaria Municipal de Promoção Social**, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

9.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, CNPJ/MF nº 12.124.826/0001-41, e endereçados à Rua Eloy Vieira Lannes, nº 71, Bairro João Francisco Braz, Porciúncula, RJ. CEP.: 28.390-000

9.3- A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, no 15º (décimo quinto) dia corrido a contar da data final do período mensal de adimplemento da obrigação, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.

9.4- Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **Secretaria de Promoção Social**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

9.5- O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Secretária Municipal de Promoção Social, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada dirigido ao Tesoureiro da Secretaria de Promoção Social.

9.6- Caso a **Secretaria de Promoção Social** efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 15 (quinze) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

9.7- Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

9.8 – O pagamento será efetuado conforme descrição do subitem 9.3, mediante entrega correta dos equipamentos e apresentação de Nota Fiscal devidamente fiscalizada e assinada, no verso, pela Secretária Municipal de Promoção Social, conjuntamente com 02 servidores, atestando a entrega dos produtos.

9.9- (Dos reajustes) – Durante a vigência deste **CONTRATO**, os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

10 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

10.1- Pregão eletrônico.

11 – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

11.1- Adotar-se-á como critério de aceitabilidade a média aritmética simples dos preços unitários estimados, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam.

12 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1- Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item, observadas as especificações técnicas definidas no item 3.1 deste Termo de Referência.

13.- FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

13.1- A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá ao responsável designado pela **Secretária Municipal de Promoção Social**, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, na sua falta ou impedimento, ao seu substituto.

13.2- Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura de Porciúncula ou modificação da contratação.

13.3- As decisões que ultrapassem a competência do servidor responsável pela fiscalização deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à autoridade administrativa imediatamente superior ao servidor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

13.4- A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

13.5- A existência e a atuação da fiscalização da Prefeitura, em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a **Prefeitura** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará co-responsabilidade da **Prefeitura** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a **Prefeitura** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

ANEXO II

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO**

Processos n°: 04.541/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico 011/2022

Edital n°: 011/2022

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme recurso do Ministério da Cidadania oriundo da Emenda Parlamentar n° 202139420007 e Programação n° 330410220210001.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ:
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO:
CIDADE:
ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS:
Banco:
Agência:
Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:
Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF/.
E-mail
Telefone:

1. Planilha da Proposta:

Item	Un	Qtd.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total do Item
Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____)						

2. Validade da Proposta 60 dias;

3. A empresa vencedora deverá apresentar PROSPECTO, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e qualificação do item licitado;

4. A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final;

5. Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Anexo I - termo de referência;

6. O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento do (s) equipamento (s), bem como Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;

7. Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;

8. Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9. Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art.9 da lei 8.666/93, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

10. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 97 da Lei nº. 8.666/93.

..... de 2022.

Local e Data

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ

Representante Legal

ANEXO III

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
CONFORME DISPOSTO NO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Processos nº: 04.541/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico 011/2022

Edital nº: 011/2022

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme recurso do Ministério da Cidadania oriundo da Emenda Parlamentar nº 202139420007 e Programação nº 330410220210001.

A empresa _____, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não emprega menor de 18 (Dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (Dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz.

_____, _____, de _____, de 2022.

Representante legal

CPF

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Processos n°: 04.541/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico 011/2022

Edital n°: 011/2022

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme recurso do Ministério da Cidadania oriundo da Emenda Parlamentar n° 202139420007 e Programação n° 330410220210001.

(nome da empresa) _____ CNPJ n° _____

sediada à Rua _____, declara, sob as penas da Lei, que é conhecedora de todas as exigências legais para participação em Processo de licitação pública, e que em conformidade com o Artigo 4º, Inciso VII da Lei n° 10.520/2002, cumpre plenamente todos os requisitos habilitatórios constantes do edital que rege o Pregão n° _____/2022, ao qual se submete por concordar com os termos neles constantes.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Local e data _____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante legal)

(Carteira de Identidade do declarante)

(assinatura do declarante)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MPE

Processos n°: 04.541/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico 011/2022

Edital n°: 011/2022

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme recurso do Ministério da Cidadania oriundo da Emenda Parlamentar n° 202139420007 e Programação n° 330410220210001.

Declaro para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa: _____, inscrita no CNPJ sob o n°. _____, está enquadrada como _____ (Microempresa, EPP, Equiparada), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei. Outrossim, declaro, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4° do artigo 3° da Lei Complementar n° 123/2006.

E que caso haja restrição fiscal ou trabalhista nos documentos de habilitação, pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1° da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

_____, _____, de _____, de 2022.

Representante legal

CPF

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

Processos n°: 04.541/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico 011/2022

Edital n°: 011/2022

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme recurso do Ministério da Cidadania oriundo da Emenda Parlamentar n° 202139420007 e Programação n° 330410220210001.

A empresa, CNPJ n°.....,
declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico n° **011/2022**.

_____, ____ de _____, de 2022.

Representante legal

CPF

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO n° ----- /..... – -----

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.541/2022

MODALIDADE: Pregão, na forma eletrônica, nº 011/2022

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e dois, o MUNICÍPIO DE PORCIÚNCULA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número, com sede à Rua César Vieira, nº 105, Centro, Porciúncula/RJ, através da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por, brasileiro(a), (qualificação da pessoa física), residente....., portador da Carteira de identidade nº, expedida pelo....., inscrito no CPF sob o nº e.....(nome da pessoa jurídica ou física), (qualificação da pessoa física), (qualificação da pessoa jurídica) pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número..... e no Estado sob o número....., com sede (residente) na (a)....., doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, neste ato representado (pessoa jurídica) por seu....., que se declaram conhecedoras do teor do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022, regido pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, Decreto Municipal nº 2293/2021, aplicando subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993, com suas alterações subsequentes, concordando com todos seus termos e prometendo cumprir fielmente o que nele está estipulado, sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto do presente a **aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme recurso do Ministério da Cidadania oriundo da Emenda Parlamentar nº 202139420007 e Programação nº 330410220210001**, de acordo com as especificações descritas no processo administrativo nº. 04.541/2022 da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, conforme necessidade estimada e descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNDI.	MARCA/ MODELO	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
TOTAL						

CLÁUSULA SEGUNDA (Do local e prazo de entrega) –

2.1- O prazo de fornecimento dos equipamentos e materiais permanentes, objetos do presente termo, será de até 20 (vinte) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento, pela contratada, do Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pela **Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação da PMP-RJ**.

2.2- Local designado para entrega do(s) equipamento(s): Os equipamentos solicitados deverão ser entregues no **Serviço de Almoxarifado (SAL)** da Secretaria Municipal de Promoção Social, situado na Rua Eloy Vieira Lannes nº 71, Bairro Braz, Porciúncula/RJ, após solicitação feita pelo setor competente, no período compreendido entre 8h e 17h, de 2as a 6as feiras exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Porciúncula.

2.3 - Juntamente com o objeto deverá ser entregue a respectiva Nota Fiscal correspondente;

2.4 - O recebimento inicial do objeto da presente licitação será provisório até a verificação posterior das especificações. Observar-se-á, entretanto, o prazo de decadência de 90 (noventa) dias para reclamação dos vícios aparentes ou de fácil constatação (art. 26 da Lei Federal nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor).

2.5 – O prazo vertente poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

2.6- As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá 10 (dez) dias úteis após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA (Do preço e condições de pagamento) - O preço estipulado pelas partes para a aquisição do(s) equipamento(s), objeto do presente contrato será de **R\$(.....)**. A despesa relativa ao custo do objeto a ser licitado, será coberta com recursos disponíveis na conta (s) corrente (s) da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação.

Parágrafo único. Os preços constantes do presente contrato são fixos, estando inclusas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto tais como: mão de obra, transportes, materiais, impostos, taxas e encargos sociais, previdenciários e tributos decorrentes do presente contrato, o mesmo ocorrendo com direitos trabalhistas oriundos da atividade contratada, na conformidade do art. 71, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao **Setor de Tesouraria da Secretaria Municipal de Promoção Social**, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, CNPJ/MF nº 12.124.826/0001-41, e endereçados à Rua Eloy Vieira Lannes, nº 71, Bairro João Francisco Braz, Porciúncula, RJ. CEP.: 28.390-000.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Após a entrega do referido material e apresentação da respectiva nota fiscal, a SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, no 15º (décimo quinto) dia corrido a contar da data final do período mensal de adimplemento da obrigação, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas, com o documento de cobrança do objeto executado no período da obrigação, isento de erros e devidamente acompanhado dos seguintes comprovantes:

a) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), (Lei n.º 8.036/90, artigo 27);

b) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal através da Certidão de Quitação de Tributos, Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, com base na Portaria conjunta RFB/PGFN n.º 1751, de 02 de outubro de 2014, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ocorrência de eventuais antecipações de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculada aplicando-se o índice de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação. Aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, atendendo-se deste modo, o que dispõe a alínea, “d”, do inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal n.º 8.666/93.

a) Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

b) O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Secretária de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido à Tesouraria da Secretaria Municipal de Promoção Social, Ação Comunitária e Habitação da **PMP-RJ**.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. Transportar os produtos até o local de entrega;

4.2. Entregar o objeto deste termo em perfeitas condições de uso, providenciando substituição em casos de imperfeições, alterações ou fora do prazo de validade indicado para uso;

4.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

4.4. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante todo o processo de aquisição;

4.5. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste contrato, atendidos os requisitos e observadas as normas constantes deste instrumento e seus anexos.

4.6. Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive, locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes do fornecimento das mercadorias;

4.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90);

4.9. Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência ou outros que venham a ser fixados;

4.10. A Contratada deverá prestar garantia de funcionamento do equipamento durante o período de no mínimo 12 (doze) meses.

4.11. Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta condição, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.

4.12. Comunicar imediatamente à SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, AÇÃO COMUNITÁRIA E HABITAÇÃO, qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA

Será responsabilidade do representado pelos seus dirigentes e servidores prepostos ou representantes, para os efeitos desta aquisição:

5.1. Efetuar a inspeção nos equipamentos após a entrega, de acordo com as condições e especificações pactuadas neste Termo de Referência;

5.2. Efetuar o pagamento ao licitante fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

5.3. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4. Comunicar prontamente a CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.5. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

5.6. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato administrativo.

5.7. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

CLÁUSULA SEXTA (Dos reajustes) – Os preços poderão ser reajustados, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, impeditivos da execução do ajustado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

CLÁUSULA SÉTIMA (Da vigência contratual) – O presente, ora pactuado, terá vigência pelo prazo de 90 (noventa) dias, após a homologação do pregão e expedição da Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do presente contrato será fielmente executado como aqui avençado, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente a partir da homologação do pregão que deu origem ao presente instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O período para entrega do(s) equipamento(s) será de até 20 (vinte) dias corridos e começará a fluir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento do Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pela Secretaria requisitante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993 a Licitante e a Contratada que:

- 8.1.1.** Inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 8.1.2.** O retardamento da execução do objeto;
- 8.1.3.** Fraudar na execução do contrato;
- 8.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.5.** Cometer fraude fiscal;
- 8.1.6.** Não manter a proposta.

8.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 8.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Licitante e a Contratante;
- 8.2.2.** Multa moratória de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 0,3% (três décimos por cento);
 - 8.2.2.1.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- 8.2.3.** Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 8.2.3.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 8.2.4.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até cinco anos;
- 8.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante e a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

8.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, a Licitante e a Contratada que:

8.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

8.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Licitante e à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993;

8.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA NONA (Da rescisão unilateral) - A **CONTRATADA** reconhece plenamente os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, I da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação do dispositivo nos incisos II e III do mesmo dispositivo.

CLÁUSULA DÉCIMA (Da legislação aplicável) - A este contrato aplicar-se-ão as disposições das Leis Federais 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 2293/2021 e com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA O CONTRATANTE providenciará a publicação no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura deste, e às suas expensas, do extrato deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA As partes **CONTRATANTES** obrigam-se por si e seus sucessores, a qualquer título a cumprir o presente contrato em todos os pontos que o integram ou o vierem a integrar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (Do Foro) - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porciúncula - RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem às partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Porciúncula - RJ, _____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF nº.: _____

CPF nº.: _____